

Larosière admite novos créditos para conter déficit

GILBERTO MENEZES CORTES
Enviado especial

SEUL — O financiamento da dívida externa do Governo contribui muito para o aumento do déficit orçamentário e a utilização de novos empréstimos dos bancos comerciais para cobrir as despesas financeiras da dívida pode reduzir o déficit. A tese, defendida pelo Brasil, foi admitida ontem pelo Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, com a ressalva de que a proposta, embora interessante, não é capaz de resolver todos os problemas que causam o déficit.

Em entrevista coletiva no encerramento da 40ª assembléia anual conjunta do FMI e do Banco Mundial (Bird), Larosière acrescentou que a opção apresentada pelo Governo brasileiro nas negociações com o Fundo esta semana, como melhor caminho para ajustar a economia sem abrir mão do crescimento, não resolve os problemas básicos de qualquer país com descontrole orçamentário, área pública ineficiente, iniciativa privada sem estímulo e câmbio irrealista:

— País algum vai crescer com alta taxa de inflação — disse ele, afirmando serem indispensáveis os ajustes estruturais.

O Diretor-Gerente do FMI falou à imprensa, no Hotel Hilton, antes de um almoço de confraternização oferecido pela instituição e o Bird aos 300 jornalistas que cobriram o encontro.

A pergunta sobre a possível utilização dos novos créditos propostos pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, para reduzir o peso do déficit e permitir medidas estruturais de correção dos problemas internos foi feita pelo GLOBO.

Cauteloso, pois a questão fora co-

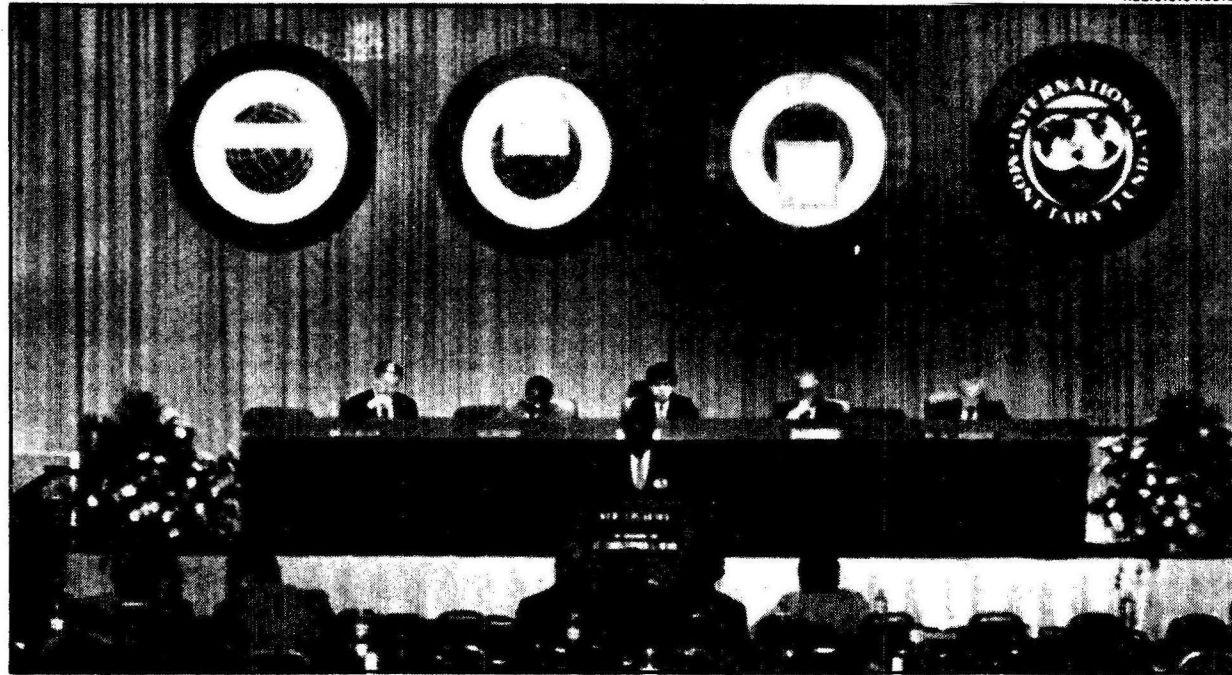
locada no contexto da indexação (correção monetária, só aplicada no Brasil) e o FMI evita comentar casos individuais publicamente, Larosière respondeu que o déficit público poderia ser aliviado com o uso dos financiamentos externos para fins de ajuste interno.

O Diretor-Gerente do Fundo garantiu que a instituição está aberta a qualquer tipo de programa de ajustamento proposto pelos países endividados, mas se reserva o direito de examinar sua viabilidade e consistência.

No caso do Brasil, o que a delegação enviada a Seul conseguiu foi obter o apoio do FMI a sua tese. Agora, cabe ao Governo detalhar os meios de utilização do dinheiro novo e sua combinação com outras medidas para reduzir o déficit fiscal.

O País paga juros anuais de US\$ 7 bilhões a US\$ 7,5 bilhões sobre uma dívida pública externa de US\$ 65 bilhões a US\$ 70 bilhões. O Governo argumenta que o déficit é realimentado por si mesmo, devido à correção monetária. Esta situação obriga o Banco Central a buscar no mercado interno os recursos de que precisa para pagar os compromissos das dívidas interna e externa, mediante a emissão de moeda e, principalmente, de títulos públicos indexados (Obrigações Reajustáveis e Letras do Tesouro Nacional), que voltam a aumentar o déficit e geram pressões insuportáveis para a iniciativa privada, pois fazem os juros subir.

As autoridades afirmam, ainda, que a utilização dos créditos externos para cobrir parte das despesas com a dívida (e não apenas para ampliar as importações), apressaria o ajustamento da economia. Sem essa alternativa, acrescentam, além dos cortes nos gastos públicos (considerados indispensáveis por Dilson Funnaro), só restaria ao Governo ampliar expressivamente os impostos (o que se deseja evitar).



Em Seul, poucos delegados participam dos debates no plenário da assembléia anual do FMI e do Banco Mundial

Radiofoto Reuters